

A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ASSENTAMENTO AGRÁRIO COMUNIDADE RIO CANOAS EM PRESIDENTE FIGUEIREDO – AM

Aline Lucas de Souza Gomes ¹
Diana da Silva Ribeiro ²
Bruna dos Santos Prata ³
Eulina Maria Leite Nogueira ⁴

RESUMO

Este trabalho constitui-se a partir de uma pesquisa em desenvolvimento que objetiva analisar a efetivação das políticas públicas voltadas para a Educação do Campo no contexto amazônico. Contudo, a discussão proposta neste ensaio está direcionada para a descrição do perfil da comunidade acompanhada, enquanto protagonistas e sujeitos do campo. Busca ainda a partir dos dados coletados durante a análise de materialização da Educação do Campo e sua implementação, refletir sobre a ausência de identidade comunitária e educacional diante da modalidade evidenciada ao longo da pesquisa. O trabalho tem como lócus a escola rural Santa Terezinha inserida em um assentamento de reforma agrária, com recorte espacial na comunidade Rio Canoas localizada no Município de Presidente Figueiredo - AM, analisando também questões que corroboram com o enfraquecimento da prática de ensino. O método de análise consiste no Materialismo Histórico Dialético para compreensão, com caráter descritivo e explicativo de fatores condicionantes do processo histórico e político do campo de estudo, fundamentando a descrição dos sujeitos do campo e explanação das políticas educacionais.

Palavras-chave: Educação do Campo, Assentamento agrário, Comunidade Rio Canoas, Presidente Figueiredo.

INTRODUÇÃO

A educação é um instrumento que objetiva a construção de um novo ser social, através da mesma pensa-se na transformação da realidade por meio de práticas inerentes ao

¹ Mestranda do Curso de Ensino de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, alinenila76@email.com;

² Mestranda do Curso de Ensino de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, dianadasr@hotmail.com;

³ Mestranda do Curso de Ensino de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, brunaprata05@gmail.com;

⁴ Professor orientador: Doutora em Educação, Faculdade de Educação – Universidade Federal do Amazonas - UFAM, eulinanog@hotmail.com .

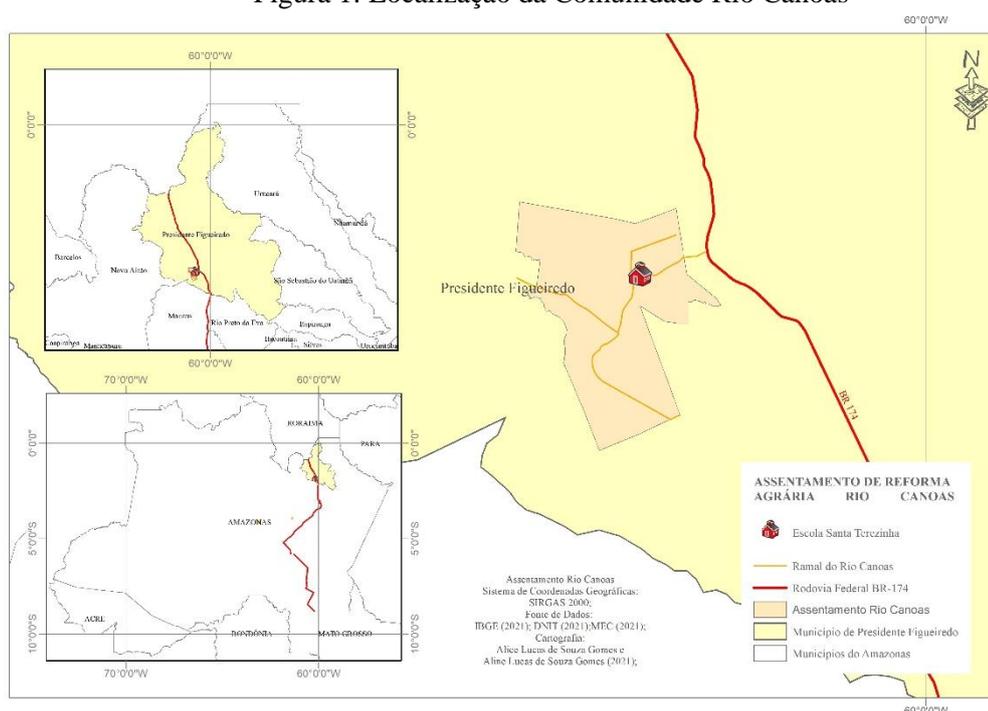
Mestrado em Ensino de Ciências e Humanidades pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM; Instituto Educação, Agricultura e Ambiente – IEAA, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas- FAPEAM.

contexto em que o indivíduo está inserido. Nesse sentido a Educação do Campo, busca dinamizar a relação entre os sujeitos envolvidos, suas condições de vida, por meio de lutas e movimentos de transformação de sua existência. Caldart, ao descrever a atuação do MST reflete sobre a necessidade de formação e transformação do indivíduo como “sujeitos históricos capazes de trabalhar e de lutar pela transformação da sociedade e pela sua auto formação (pessoal e coletiva) emancipatória, realizada no processo inclusive de construção de um novo padrão de relações sociais (socialista) (CALDART, 2009, P.22)”.

Este trabalho constitui-se enquanto desdobramento da pesquisa de pós-graduação no curso de Ensino de Ciências e Humanidades, pela Universidade Federal do Amazonas, e tem como objetivo a descrição e análise da materialização de políticas públicas voltadas para Educação do Campo em comunidades de assentamentos agrários, entre elas a Comunidade Rio Canoas, localizada no município de Presidente Figueiredo-AM.

A Comunidade Rio Canoas, foi criada através do processo INCRA-SR (15) AM – Nº 1317, em 1989, e com ato de criação Resolução Nº 193, de 02 de Setembro, de 1992, localizada na Rodovia BR 174, KM 139, Ramal do Canoas, à uma distância de 32 km da área urbana do Município de Presidente Figueiredo. Seu acesso pode ser realizado por meio de ramal ou rio, no entanto pelas dificuldades de navegação no rio devido ao assoreamento, atualmente, o transporte é feito prioritariamente por vias terrestre pela Rodovia BR 174, via Ramal do Canoas. A cordenada geográfica da comunidade pode ser acompanhada através do mapa de localização a seguir:

Figura 1: Localização da Comunidade Rio Canoas



Seu processo de formação ocorreu através da migração de famílias de estados como Acre, Ceará, Pará, Maranhão e famílias do próprio estado do Amazonas, a maioria em busca de informações sobre a distribuição de terras no município. As atividades econômicas da comunidade estão associadas ao extrativismo vegetal e a agricultura, tanto com a venda dos produtos e coletas para atravessadores, quanto com o escoamento da produção pela rodovia e venda destes na Feira do Produtor em Manaus, e venda, pelos próprios agricultores. O nível de escolarização se configura de pela precariedade, mesmo a comunidade contando com uma escola da rede municipal de ensino.

Dentro da problemática abordada ao longo da pesquisa, destacam-se alguns fatores em relação a compreensão da modalidade de Educação do Campo no assentamento Comunidade Rio Canoas, entre estes é possível perceber uma ausência de identidade em relação ao entendimento sobre assentamentos agrários, Educação do Campo e sujeitos do campo, um comportamento que se estende à dinâmica de sala de aula e a forma como ocorre o processo de ensino na única escola municipal localizada na comunidade, a Escola Municipal Santa Terezinha. Dessa forma se faz necessário, após uma contextualização das particularidades da modalidade aqui abordada, refletir sobre o não reconhecimento de moradores dos assentamentos agrários, enquanto sujeitos do campo e direito a respeito do processo de resistência e emancipação.

METODOLOGIA

O trabalho se desenvolveu enquanto pesquisa de caráter exploratória, buscando informações do referido recorte, utilizando-se de pesquisa documental pelo uso de materiais gráficos e documentos de domínio público, considerando o disposto na legislação referente às políticas públicas voltadas para assentamentos, objetivo e efetivação da Educação no Campo. Ainda, considerou observações, registros e entrevistas da realidade vivenciada tanto na escola do assentamentos pautado como campo de estudo, quanto na comunidade investigada, constituindo-se de uma análise descritiva e explicativa pelo qual, resultou na identificação de determinantes da problemática estudada, sendo estas essenciais para o processo de compreensão do formação histórica da Educação do Campo no uso das categorias descritas ao longo da pesquisa, e identificação do perfil e identidade dos sujeitos insridos na realidade estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A implantação da escola Santa Terezinha em uma comunidade assentamento agrário, representa um marco na formação do Município de Presidente Figueiredo, uma vez que nasce de uma reivindicação e de um sonho dos primeiros imigrantes chegados na região. Em uma das comunidades mais antigas do Município, a mesma está localizada no assentamento de reforma agrária intitulado como Comunidade Rio Canoas, como um projeto que atendeu diversos camponeses de uma época. Neste sentido, é importante destacar que para o entendimento do processo de construção da Educação do Campo é imprescindível uma análise que priorize, além do resgate de uma história formal documentada, uma história que considere os processos extraescolares, os relatos de experiência de sujeitos, vivências e particularidades do campo e de assentamentos agrários, seja pelas suas classes multiseriadas, ou pelo seu caminho da escola a pé ou de ônibus escolar para alguns, ou de canoa para outros, com base em algumas dessas características percebe-se que a escola do campo é a marca de um Brasil em construção.

Contudo sabe-se que esta modalidade possui particularidades que constituem exclusivamente a identidade da população do campo, que em sua essência propõe características e pedagogia própria, para que possa realmente atender as especificidades do meio rural, considerando que seu tempo, espaço e rotina são opostos da realidade urbana. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Para Educação Básica - DCNs (2013), a política pública adequada à essa modalidade deve ocupar-se com ações articuladas de colaboração e cooperação entre municípios, estados e união que viabilize o atendimento de populações rurais quanto a oferta da Educação Básica, como afirmado em documento:

Não se trata, é claro, da ideia errônea de pretender fixar o homem rural no campo, uma vez que o processo educativo deve criar oportunidades de desenvolvimento e realização pessoais e sociais; trata-se, entretanto, de trabalhar sobre as demandas e necessidades de melhoria sob vários aspectos: acesso, permanência, organização e funcionamento das escolas rurais, propostas pedagógicas inovadoras e apropriadas, transporte, reflexão e aperfeiçoamento das classes multisseriadas, enfim, construir uma Política Nacional de Educação do Campo. (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS, 2013, P. 268)

No cenário amazônico essas vivências e experiências tornam-se bem mais desafiadoras, pois além das demandas que já são impostas na modalidade de forma geral, constituem-se de especificidades de acordo com a realidade local que se configura pela difícil locomoção, considerando que o estado é composto por 62 municípios que se situam em locais bastante distanciadas uns dos outros e do principal centro de serviços - Manaus - e, cada município abriga ainda, comunidades ribeirinhas e comunidades com acesso através de ramais

e vicinais, evidenciando mais um desafio para a educação, em especial o ensino no campo. Em meio a essas circunstâncias geográficas e de ensino, se discute paralelamente ações voltadas para políticas que atendam efetivamente os sujeitos que dela fazem parte, ao mesmo tempo que se questiona sobre a identidade e o reconhecimento dos atores envolvidos enquanto sujeitos do campo.

Essa ausência de identidade enquanto protagonistas do campo afetam diretamente a organização social das comunidades do qual fazem parte, assim como interfere na proposta de ensino ofertada para essas comunidades, na formação do professor e no modo como se desdobra todo o processo de educação nesse contexto. A reflexão e busca pela compreensão dessa problemática foi perceptível durante o acompanhamento e registro de dados primários ao longo da pesquisa na comunidade citada. Dessa forma pode-se verificar que, apesar de estar concentrada em um assentamento agrário seus moradores não se reconhecem e nem vivenciam ações que voltadas ao protagonismo de sujeitos do campo, o desconhecimento e não engajamento de movimentos sociais que se articulam consequentemente, com o esvaziamento da pauta sobre as lutas e necessidades que acompanham a população rural.

Nesse ponto vale destacar uma breve definição do que se configura como projeto de assentamentos agrários e a forma como comunidades assentadas nesse tipo de programa se organizam, para Leite:

Os assentamentos assumem configurações distintas – coletivas/individuais; agrícolas/pluriativos; habitações em lotes/em agrovilas; frutos de programas governamentais estaduais/federais; com poucas/muitas famílias; organizados e politicamente representados por associações de assentados, cooperativas, movimentos sociais, religiosos, sindicais, etc. – (LEITE, 2012, p.111)

A inserção de um assentamento não se define apenas como uma possível reparação histórica por parte do Estado aos despossuídos de terra, mas torna-se parte da compreensão do processo de tomada de consciência da luta política e condição marginalizada que a população rural se encontra sentenciada. Não será possível debater exigências no cotidiano do campo, se a essência que tanto se fala da Educação do Campo não for entendida através do seu movimento real, das suas circunstâncias históricas e políticas, um exercício que não se resulta pelo viés da negação.

Tal condição pode ser constatada na comunidade de investigação, que apesar de ter sua formação, diretamente vinculada ao debate histórico do direito à terra e serem produto da política de colonização e reforma agrária do País, não construiu uma consciência e identidade de espaço e população do campo. Esse comportamento se justifica pelo empobrecimento das

discussões e debates políticos, tanto em relação aos debates de educação, quanto a deficiência de formação politizada no cenário local, como afirma Borges:

No Amazonas o quadro político não é diferente. O que podemos dizer é que algumas políticas foram e estão sendo concretizadas de formas isoladas e, em alguns casos, sem a menor relação com a concepção de Educação do Campo, tão debatida pelos movimentos. Talvez isso decorra do fato de os Movimentos Sociais do Campo serem poucos, gerando a ausência de protagonistas nas lutas diárias das comunidades, em especial nas escolas, até mesmo para reivindicar a aplicação dos aspectos legais por parte dos governos. (BORGES, 2016, p. 100)

Diante disso, têm-se um conjunto de problemáticas que colaboram para a incompletude da efetivação da Educação do Campo, considerando a forma como é vista e implementada pela rede de ensino municipal, ao propor apenas uma extensão do currículo urbano de ensino às populações rurais. Sendo que o objetivo maior deveria voltar-se para a formação de sujeitos, além das relações de trabalho, sendo estes capazes de compreender as relações sociais que os cercam e construir discussões e ações eficazes para sua condição de ser pensante e atuante. Para tanto é necessário destacar a atuação de cada sujeito social que compõem o processo de educação no campo. Como exemplo, a figura do professor, que muitas vezes, apenas reproduz o conteúdo impresso no material didático, ou que não participa continuamente de programas de formação continuada, que sejam de fato, eficazes para a realidade de escolas rurais. Ou, ainda, a família que acaba migrando da zona rural para a urbana, para que seus filhos tenham a acesso a continuação de seus estudos, ou em alguns casos, na busca pelo “ensino de qualidade” que não e ofertado na comunidade de origem.

Esses são alguns exemplos da luta cotidiana para se reconhecer que, a Educação do Campo não abrange apenas o nível de alfabetização mecânica, mas a construção de um sujeito com uma postura crítica e reflexiva que Freire (1996) descreve como:

Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a “outredade” do “não eu”, ou o “tu”, que me faz assumir a radicalidade de meu “eu”. (FREIRE, 1996, p. 41)

Discussões como estas demonstram a necessidade de se repensar práticas e políticas de ensino que permeiam a proposta curricular do campo, e que promovendo um papel de importancia civil, possam despertar a identidade dos sujeitos campo, para que a partir de sua condição histórica e social consiga perceber-se e indignar-se diante das privações e ações marginalizadas por parte do Estado. Dessa forma, a função e objetivo da modalidade do campo está além de diretrizes para instrução escolar, esta compreende-se como uma estratégia que evidencie de modo não negligente características das populações rurais e

consequentemente seu modo de vida e contribuição à sociedade. Sabendo que a Educação do Campo de modo geral apresenta singularidades na infância, na adolescência, entre professores e comunidade, em comparação com as escolas urbanas, será possível transpor ou resgatar identidades perdidas no contexto da poluição rural.

O processo de construção ou resgate de identidade campesina refere-se a particularidades que compõem o perfil da poluição rural. Por exemplo, a criança do campo que se apresenta como um sujeito, imaturo que necessita de cuidados de um adulto, porém, atravessa um contexto de experiências impensáveis para uma criança da cidade, desde cedo estabelecendo contato com responsabilidades voltadas ao ambiente em que vive. A mesma dinâmica é vivenciada pelo jovem no campo, a adolescência acaba sendo dividida entre a participação nas atividades agrícolas da família, produção e comercialização, e sua vida escolar, muitas vezes com baixo desempenho. Em relação aos professores que atuam no campo, o cenário torna-se oposto ao de docentes da área urbana, isto porque boa parte de professores que atuam em comunidades rurais não residem na mesma, fazendo com que deixem seus domicílios para viver na comunidade, e consequentemente fragmentando seu trabalho nas escolas rurais para retomar a rotina da cidade.

As categorias descritas anteriormente tomam como exemplo a criança, o jovem e o professor, atuando como principais atores sociais do cenário rural, sem desmerecer a importância dos demais. Porém ao se pensar sobre construção de identidade, reflete-se também sobre a importância de mediação de conflitos e contradições existentes no espaço de ensino através da interação entre educador e educando, para que ambos constituam formas e relações libertação e resistência diante das forças homogeneizantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa permitiu que fosse identificado, além do enfraquecimento dos direitos ensino da Educação do Campo na comunidade acompanhada, visto que problemas como inexistência de currículo próprio e ineficácia da materialização de políticas voltadas para a mesma fossem registrados, outros impasses fossem percebidos no cenário local. Impasses como a negação vivenciada pela comunidade local, enquanto origem e identificação de elementos que caracteriza os sujeitos do campo.

A Educação do Campo compreende uma modalidade diferenciada porque atende uma demanda com rotina e objetivos distintos, mas que a população rural não tem como cobrar ou acompanhar uma materialização de políticas públicas eficaz de acordo com o que é ofertado,

pois o elemento principal que evidencia a proposta pedagógica do campo, tal qual a identidade campesina e o reconhecimento de fatores que colabora para uma vida de opressão, privação e resistência, são discussões totalmente alheio aos comunitários observados ao longo da pesquisa.

Diante disso configura-se como pauta de reflexão, dentro do meio rural observado, além da importância da população campesina ter conhecimento sobre a própria história em relação a existência e resistência do campo, destaca-se também como fundamental a interação entre estudantes e professores para juntos compor uma identidade de busca pela emancipação de um grupo até então marginalizado, uma proposta que inicia no espaço de ensino para então atingir a comunidade em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da comunidade Rio Canoas ser oriunda de um programa de reforma agrária, fica nítido que não houve preocupação em debater e desenvolver uma consciência e identidade de espaço e população do campo, uma postura que tem suas consequências devido as rupturas e políticas públicas ineficientes em meio ao cenário do campo. Um fator que também colabora para o enfraquecimento, e até extinção de possíveis movimentos sociais, ao mesmo tempo que favorece e isenta a responsabilização do Estado, enquanto entidade mediadora de conflitos e potencial mitigadora de alguns desses desafios que se arrastam durante décadas em relação ao atendimento da modalidade do campo.

Assim observa-se um ciclo que não se encerra, estando esse promovendo sempre o mesmo resultado, o enfraquecimento das diretrizes do ensino no campo traduzidos pelos obstáculos de desconhecimento da luta campesina, dos direitos desassistidos, negação de sua identidade campesina, implicando diretamente no processo de aprendizagem de estudantes, na rotina comunitária e nos resultados alcançados pela Região Amazônica dentro da modalidade abordada ao longo deste trabalho.

REFERÊNCIAS

BORGES, Heloisa da Silva. **Educação do Campo e os Planos de Educação**. REVISTA AMAZÔNIDA, Manaus - AM, ANO 01, Nº 01, p. 96 - 117, 2016.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação**. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CALDART, Roseli S. **Educação do campo: notas para uma análise de percurso**, 2009.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção leitura).

LEITE, Sérgio Pereira. **Assentamento Rural. Dicionário da Educação do Campo**. Caldart, Roseli Salete; Pereira, Isabel Brasil; Alentejano, Paulo; Frigotto, Gaudêncio (orgs.). São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

VILELA, Delmo Roncarati. **Análise Sócio-Ambiental do Assentamento Rio Pardo**. Município de Presidente Figueiredo – AM. Universidade Federal do Amazona. Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia. Manaus, 2003.